



ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO/IDENTIFICAÇÃO

1.1. O Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Formalização da Demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, apresentando as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação, e dá base ao termo de referência a serem elaborado caso se conclua pela viabilidade da contratação.

1.2. Durante o presente Estudo Técnico Preliminar, diversos aspectos devem ser levantados para que os gestores se certifiquem de que existe uma necessidade de contratação claramente definida, se há condições de atendê-la, se os riscos de atendê-la são gerenciáveis e os resultados pretendidos valem o preço estimado inicialmente.

2. OBJETO

1.1. Assim, segue o presente Estudo Técnico Preliminar que objetiva apresentar as soluções disponíveis para **PRESTAÇÃO DE DIVERSOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE MÃO DE OBRA, PARA ATENDER A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL.**

3. DAS ÁREAS REQUISITANTES E DA FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA (ART. 12, INC. VII DA NLLC)

Áreas Requisitantes	Responsáveis
Secretário Municipal De Administração E Planejamento	Guilherme Franklin De Carvalho Santos

4. Descrição da necessidade (Art. 18, §1º, Inc. I NLLC)

4.1. A contratação mostra-se necessária considerando o fato de o Município não profissional qualificado para exercício das atividades pretendidas, visto que se trata de serviço especializado, que demanda qualificação específica.

4.2. No Município certos serviços são realizados por pessoas habilitadas a prestarem atendimento para solução das demandas pontuais da Administração. Tais serviços são tidos por serviços passíveis de terceirização, no qual são despendidos pelos prestadores de serviço externo, e remunerados pela efetiva execução da atividade.



4.3. Não há por parte da Administração qualificação necessária e especial para o desempenho dos serviços pretendidos, tais como serviços de eletricista, jardineiro, marceneiro e construtor civil. Desse modo, a terceirização dessas atividades supre e atende a demanda para garantir o bom funcionamento da máquina pública.

4.4. Todos os serviços são necessários para garantir a conservação e o funcionamento dos prédios públicos do Município.

4.5. Desse modo, para atender sua necessidade, surge a necessidade de contar com profissional.

5. Do Alinhamento entre o Processo de Contratação e o Planejamento (Art. 12, Inc. II da NLLC)

5.1. Tomaram-se como parâmetro para a elaboração deste Estudo Técnico Preliminar, a exigências das secretarias requisitantes.

5.2. Declaramos que a contratação se encontra alinhada ao planejamento desta administração, e estão contemplados no orçamento anual do Município.

6. Dos requisitos da contratação (Art. 18, §1º, Inc. III NLLC)

6.1. Os licitantes deverão atender as descrições da proposta e pertencer ao ramo de atividade relacionado ao objeto desta contratação, conforme Art. 68, Inciso II da Lei nº 14.133/2021.

6.2. Estarem devidamente habilitados quanto à regularidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômica-financeira, conforme exigência a realizar-se no Termo de Referência e Edital Licitatório.

6.3. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

6.4. Os serviços deverão ser executados por profissional capacitado que estará a disposição do Município.

7. Das Estimativas das Quantidades a serem eventualmente contratadas. (Art. 18, §1º, Inc. IV NLLC)

7.1. Os serviços serão executados somente quando necessário.

7.2. Nesse caso, a empresa deverá ter à disposição profissional para quando solicitado pelo setor demandante conseguir atender a necessidade do município.

7.3. O quantitativo é levado em consideração a utilização do histórico dos últimos anos.



7.4. O quantitativo planejado refere-se somente a uma estimativa que não significa a obrigatoriedade de utilização completa.

8. Do levantamento de mercado (Art. 18, §1º, Inc. V NLLC)

8.1. O levantamento de mercado consiste na análise das alternativas possíveis de solução para o alcance do objetivo alvo, devidamente acompanhado das motivações e justificativas técnicas e econômicas da escolha do tipo de solução.

8.2. Possíveis soluções são contratação via dispensa, credenciamento, ou contratação por modalidade licitatória pregão:

8.2.1. A contratação pretendida está submetida ao regime da **Lei nº 14.133/2021** (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), observando-se os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e interesse público.

8.2.2. Trata-se da **prestação de diversos serviços especializados de mão de obra**, cuja execução requer a atuação de profissionais com capacitação técnica específica, para suprir demandas da Administração Pública Municipal, em diferentes áreas da gestão pública, conforme demanda e planejamento setorial.

8.2.3. Com base em estudos prévios de preços de mercado e na estimativa da demanda anual, o valor global da contratação ultrapassa o limite de R\$62.725,59 (Sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos).

8.2.4. **Dessa forma, afasta-se a possibilidade de contratação direta por dispensa de licitação fundada no valor**, uma vez que não se enquadra nos limites legais para essa hipótese.

a) Análise das Modalidades Possíveis

- **Pregão (Presencial ou Eletrônico):**

Apesar de aplicável para contratação de serviços comuns, o objeto da presente contratação envolve **diversos serviços especializados**, com exigências técnicas distintas, executados por profissionais de diferentes áreas, dificultando a padronização e inviabilizando a competição homogênea, requisito essencial para o pregão.

- **Dispensa de Licitação (fora do critério de valor):**

Não se verifica hipótese legal de dispensa por outros motivos (como emergência, exclusividade ou inviabilidade de competição), conforme previsto nos incisos do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

- **Credenciamento (art. 79 da Lei nº 14.133/2021):**



A modalidade mais adequada é o **credenciamento**, pois:

- Permite **chamar múltiplos prestadores** para atender a demandas variáveis ao longo do tempo;
- É viável em razão da **natureza contínua e descentralizada** dos serviços;
- Garante **atendimento mais eficiente e flexível** à população, uma vez que não vincula a Administração a apenas um fornecedor;
- Preserva os princípios da **publicidade, isonomia e impessoalidade**, já que qualquer interessado que atenda aos requisitos técnicos poderá ser credenciado.

8.3. Diante do exposto, considerando a natureza do objeto, a estimativa de valor superior ao limite legal para dispensa por valor e a inviabilidade de adoção do pregão em razão da diversidade técnica e da necessidade de múltiplos prestadores, **opta-se pela adoção do procedimento de CREDENCIAMENTO**, nos termos do art. 79 da Lei nº 14.133/2021.

8.4. Tal escolha assegura o atendimento eficiente, legal e transparente das necessidades da Administração Municipal, garantindo o interesse público e a regularidade da contratação.

9. Da Estimativa do Valor de Contratação (Art. 18, §1º, Inc. VI NLLC)

9.1. Os valores estimados referentes à contratação estão detalhados na planilha anexa. Esses valores foram obtidos por meio de pesquisa de preços direta com o fornecedor.

9.2. Os valores obtidos refletem o preço mercadológico, considerando o valor cobrado na região, vez que se trata de preços.

9.3. Para a formação dos valores estimados, foi utilizada a média dos valores coletados, conforme disposto no Decreto Municipal nº 1.203/2023. Essa abordagem considera as oscilações mercadológicas de preços, evitando assim valores inexequíveis, inconsistentes e excessivamente elevados, garantindo maior precisão na estimativa de preços.

10. Da Descrição da solução como um todo (Art. 18, §1º, Inc. VII NLLC)

10.1. Identificou-se a necessidade do Município ter profissionais auxiliares para garantir a continuidade dos serviços públicos.

10.2. Durante o processo de levantamento mercadológico e avaliação das modelagens de contratação, foram identificadas as possíveis formas de contratação apresentadas em tópico específico.

10.3. Conforme abordado neste Estudo Técnico Preliminar (ETP), após a análise



criteriosa das opções, verificou-se que a realização do Credenciamento abrangerá maior atendimento as diversas demandas do Município que poderá ter à disposição quantos profissionais bastarem para atender sua demanda, sendo que não estará impedido de contratar somente um profissional para todas as secretarias, vez que a abrangência possibilita o atendimento a tempo e a hora do setor demandante.

10.4. Diante desta decisão, encaminharemos os documentos necessários ao Setor de licitações para que possa dar prosseguimento com os atos pertinentes. Entre os documentos que serão encaminhados, incluem-se:

- Termo de Referência;
- DFD – Documento de formalização de demanda
- Orçamentos

10.5. Com esses documentos, o setor de licitações estará apto a conduzir o processo de forma eficiente, garantindo que a referida contratação seja realizada e atenda plenamente às necessidades das Secretarias.

11. Da justificativa para o parcelamento ou não da solução (Art. 18, §1º, Inc. VIII NLLC)

11.1. A presente contratação será realizada por itens, nos termos das Sumula nº 247 do TCU, uma vez que o objeto é divisível e sua adjudicação em separado aumenta o universo de participantes.

11.2. Optou-se pelo parcelamento da contratação dividida por itens, conforme art. 40, V, alínea b, da Lei nº 14.133/21, que prevê a divisão das aquisições e contratações em tantas parcelas quantas se comprovarem tecnicamente viável e economicamente vantajoso, buscando o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade.

11.3. Essa forma de contratação torna-se mais vantajosa para a administração pública, podendo os serviços contratados com previsão de execução parcelada, atender às demandas da população de forma adequada.

12. Do demonstrativo dos resultados pretendidos (Art. 18, §1º, Inc. IX NLLC)

12.1. A contratação visa atender as demandas pontuais das Secretarias demandantes, sendo que o resultado pretendido consiste na continuidade eficiente do serviço público.

13. Das providências a serem adotadas (Art. 18, §1º, Inc. X NLLC)

13.1. Após a consolidação deste ETP, serão produzidas as fases internas e externas para viabilizar a contratação.



13.2. Não se verifica, no entanto, a necessidade de providências específicas a serem adotadas pela administração previamente à elaboração dos contratos, nem quanto, à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente e organização.

13.3. Considerando que o acompanhamento do contrato proveniente dessa contratação não necessita de qualificação especial, além das que já são habitualmente desejáveis e esperadas dos servidores investidos nas funções de gestores e fiscais de contratos, não será necessária nenhuma capacitação específica, bastando que a equipe de fiscalização se mantenha sempre atualizada quanto às legislações que regem a matéria.

14. Das contratações correlatas ou interdependentes (Art. 18, §1º, Inc. XI NLLC)

14.1. A presente contratação não possui vínculo com outras contratações desta administração.

14.2. Deste modo, não se verifica a necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

15. Dos possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras (Art. 18, §1º, Inc. XII NLLC)

15.1. Não vislumbramos impactos ambientais positivos ou negativos associados ao objeto a ser eventualmente contemplado.

15.2. Vale ressaltar que o conceito de sustentabilidade faz analogia a um “tripé”, onde são verificados aspectos AMBIENTAIS, ECONÔMICOS e SOCIAIS, que devem estar em equilíbrio.

16. Do posicionamento conclusivo e viabilidade da contratação (Art. 18, §1º, Inc. XIII NLLC).

16.1. Os benefícios a serem alcançados em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade restaram suficientemente demonstrados no corpo deste ETP, em razão do que a Equipe de Planejamento declara a VIABILIDADE da contratação via CREDENCIAMENTO considerando a demanda frequente do município, além do alcance que contratações paralelas e não excludentes poderão oferecer ao Município, visto que terá à disposição para contratação sempre que precisar alguma prestação apta a atender a demanda a tempo e a hora do setor demandante, ressalvado melhor juízo em sentido diverso.



PREFEITURA DE
**BONFINÓPOLIS
DE MINAS**
ADMINISTRAÇÃO | 2025/2028

**NOSSO POVO
EM PRIMEIRO
LUGAR**

Bonfinópolis de Minas 26 de maio de 2025.

GUILHERME FRANKLIN DE CARVALHO SANTOS

Secretário Municipal De Administração

Matricula: 2373-8